



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

220ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

12 A 16 DE AGOSTO DE 2013

ATA

1 Às dez horas, do dia doze, do mês de agosto, do ano de dois mil e treze, em
2 Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da
3 Criança e do Adolescente (Conanda), em sua ducentésima vigésima Assembleia
4 Ordinária, sob a Presidência da Sra. Maria Izabel da Silva, Conselheira
5 Governamental, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
6 República (SDH/PR). **Estiveram Presentes, os Conselheiros Governamentais:**
7 Sra. Marina Leite da Silveira, representante do Ministério da Cultura (MinC); Sra.
8 Lázara Lorena de Oliveira Gvozdanovic Villar, representante do Ministério do
9 Esporte (ME); Sr. Jordelino Serafim dos Reis, representante do Ministério da
10 Fazenda (MF); Sr. Danyel Iorio de Lima, representante do Ministério do
11 Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Sra. Késia Mirian Santos de Araújo,
12 representante do Ministério da Previdência Social (MPAS); Sra. Karina Andrade
13 Ladeira, representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Sra. Floraci
14 Pereira dos Santos, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da
15 Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR); Sra. Thereza de Lamare
16 Franco Netto, representante do Ministério da Saúde (MS). **Os Conselheiros Não-**
17 **Governamentais Titulares:** Sra. Maristela Cizeski, representante da Pastoral da
18 Criança; Sr. Andre Franzini, representante da Pastoral do Menor da Conferência
19 Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Sra. Miriam Maria José dos Santos,
20 representante da Inspeção São João Bosco (Salesianos); Sra. Alessandra Mara
21 França, representante da Criança Segura; Sr. Diego Vale de Medeiros,

22 representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e
23 Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP); Sr. Fabio José Garcia
24 Paes, representante da Aldeias Infantis SOS Brasil; Sra. Esther Maria de Magalhães
25 Arantes, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Sra. Tania Mara
26 Dornellas dos Santos, representante da Confederação Nacional de Trabalhadores
27 na Agricultura (Contag); Sr. Renato Eliseu, representante da Fundação Fé e Alegria
28 do Brasil; Sr. Edmundo Ribeiro Kroger, representante do Centro de Educação e
29 Cultura Popular (Cecup). **Os Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sr.
30 Pedro Affonso Duarte Hartung, representante do Instituto Alana; Sr. Francisco
31 Rodrigues Correa, representante da Federação Nacional dos Empregados em
32 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas (Fenatibref); Sra. Roseli
33 Aparecida Duarte, representante da Sociedade Literária e Caritativa Santo
34 Agostinho; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva, representante da Central Única dos
35 Trabalhadores (CUT); Sra. Rachel Niskier Sanchez, representante da Sociedade
36 Brasileira de Pediatria (SBP); Sr. Djalma Costa, representante da Associação
37 Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced); Sr. Carlos
38 Nicodemos Oliveira da Silva, representante do Movimento Nacional de Direitos
39 Humanos (MNDH). **Coordenação-Geral do Conanda:** Sra. Carolina de Oliveira
40 Brandão, Coordenadora-Geral; Sra. Fernanda Wetzel Gastal e Sra. Vânia Maria
41 Correia de Oliveira, Assessoras Técnicas. **Convidados:** Sr. Claudio Vieira,
42 Coordenador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Sr.
43 Alexandre Avelino, da Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos da
44 Presidência da República (SDH/PR); Sr. Marcelo Nascimento, da Coordenação do
45 Sistema de Garantia de Direito (SGD); Sr. Marcelo Pires Mendonça, representante
46 da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR); Sr. Marcio Florentino,
47 representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Sra. Magali Moura,
48 representante do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC); Sr. Anderson
49 Rafael Nascimento, consultor do Conanda; Sr. Renato, representante do Copeige;
50 Sra. Vera Masagão, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-
51 Governamentais (Abong). **Pauta. 1)** Oficina da Reforma Política – Palestrantes: José
52 Antônio Moroni, Vera Masagão, Pedro Pontual; **2)** Reunião das Comissões
53 Temáticas; **3)** Abertura da Assembleia, discussão e aprovação da Pauta; **4)**
54 Apresentação sobre Orçamento 2013 - Secretaria de Gestão da Política de Direitos

55 Humanos da SDH/PR; **5)** Apresentação sobre as medidas socioeducativas em meio
56 aberto – MDS; **6)** Aprovação da Resolução sobre Participação de Crianças e
57 Adolescentes; **7)** Informes da Mesa Diretora (apresentação dos Relatórios); **8)**
58 Encerramento; **9)** Preparação do Encontro de Articulação com CEDCAs; **10)**
59 Equipagem dos Conselhos Tutelares; **11)** Relato das Comissões; **12)** Ato “Em
60 Defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente – Não à Redução da Maioridade
61 Penal” - Congresso Nacional. **Oficina Reforma Política – Palestrantes: José**
62 **Antônio Moroni, Vera Masagão, Pedro Pontual.** A Sra. **Presidenta** desejou um
63 bom dia a todos os Conselheiros, aos convidados, e abriu os trabalhos informando
64 que o convidado, para apresentar análise de conjuntura, Sr. José Moroni, do Instituto
65 de Estudos Socioeconômicos (Inesc), avisou que estava internado para realização
66 de exames em razão de um mal súbito, e que não poderia comparecer ao encontro.
67 Justificou, ainda, a ausência do Sr. Vice-Presidente, em razão de encontrar-se em
68 período de recuperação pós-cirúrgico. Em seguida, apresentou os palestrantes
69 presentes, Sra. Vera Masagão, da Associação Brasileira de Organizações Não-
70 Governamentais (Abong) e Sr. Marcelo Pires Mendonça, da Secretaria Geral da
71 Presidência da República. Após a rodada de apresentação dos presentes, o Sr.
72 **Marcelo Pires** apontou que as recentes manifestações espontâneas ocorridas nas
73 ruas do país, haviam colocado em questão a representatividade das instituições
74 democráticas, demandando a necessidade de mudança estrutural das instituições e
75 que nesse contexto, os Conselhos Nacionais precisavam repensar o seu papel e a
76 sua posição na sociedade. Explicou que uma das atividades da Secretaria Geral da
77 Presidência era a de incidir, no sentido de uma nova normativa para estruturação
78 dos Conselhos Nacionais, a partir dos seguintes aspectos gerais: estrutura
79 organizacional, reforçar os estudos sobre as condições de funcionamento dos
80 Conselhos, edição de uma norma geral sobre requisitos mínimos de funcionamento
81 dos Conselhos Nacionais do Governo Federal, isto porque, grande parte não tem
82 uma estrutura mínima adequada para funcionamento; qualidade das decisões,
83 reforçar os estudos do processo decisório dos Conselhos Nacionais, incluindo
84 reforçar o processo de espaço com o interconselhos, onde é possível compartilhar
85 as experiências entre os Conselhos; composição dos Conselhos, rever a forma de
86 como se compõe, tem Conselho que o Ministro indica os membros, tem Conselho
87 que elege os Conselheiros na assembleia do Conselho e tem, por exemplo, o

88 Conselho Nacional das Cidades que elege os Conselheiros no Fórum Nacional; o
89 déficit de conhecimento, de informação política dos Conselheiros, desde os
90 municipais, os estaduais, os nacionais, fortalecimento de um programa nacional de
91 formação de Conselheiros, podendo ser esta uma ação interconselhos;
92 comunicação com a sociedade, reforçar a utilização das redes sociais e das as
93 novas mídias, mas também reforçar o aspecto da questão da representação e da
94 representatividade, quem está no Conselho representando um setor, uma entidade,
95 que não tem a representatividade suficientemente como o Conselho faz a
96 comunicação do que está discutindo, propondo, executando, que ao mesmo tempo
97 significa a incorporação de mecanismos de participação; apoio administrativo e
98 financeiro, definição de quadro próprio de pessoal e previsão orçamentária
99 específica para cada Conselho; representação do poder público, inclusive, a
100 Secretaria Executiva publicou Portaria para todos os Ministérios, solicitando que o
101 Ministro reveja os nomes de seus representantes e aqueles que forem indicados que
102 efetivamente participem no sentido de qualificar as decisões; influência política dos
103 Conselhos, por exemplo, mais de oitenta por cento da Proposta Prioritária para Nível
104 Estadual (PPE) sugeridas pelos Conselheiros Nacionais, foram acatadas; atribuições
105 dos Conselhos; relação do Conselho com a sua Conferência, como é possível
106 aprimorar principalmente, no aspecto de pós Conferência, o monitoramento, de fazer
107 com que as propostas aprovadas em uma Conferência sejam efetivadas, de que
108 faça a devolutiva para aqueles delegados que participaram das Conferências e
109 convocar, coordenar, executar a própria Conferência Nacional; escolha dos
110 representantes da Sociedade Civil, é polêmica em todos os Conselhos Nacionais,
111 alguns estão revendo, alguns estão aprimorando, alguns que estavam sendo
112 diretamente indicados pelo Ministro, sugeriu-se de que não é mais assim, os tempos
113 mudaram, porque esses Conselheiros da Sociedade Civil tem que ser eleitos. Disse
114 que toda essa discussão estará presente na Nota Técnica da Secretaria Geral para
115 o Gabinete da Presidência, como pauta para a reunião da Sra. Presidenta Dilma
116 com os Conselhos Nacionais. Finalizou informando que nos dias sete e onze de
117 outubro, estava previsto para ocorrer o Encontro Nacional das Organizações
118 Nacionais da Sociedade Civil, onde se pretendia apresentar a minuta do marco
119 regulatório na agenda e da minuta do Projeto de Lei. A Sra. **Presidenta** lembrou que
120 de sete a onze iria coincidir com a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que

121 o Brasil estaria sediando, com a participação de várias entidades da Sociedade Civil.
122 A Sra. **Vera Masagão** disse que iniciaria sua reflexão pela questão levantada pelo
123 Sr. Marcelo, ou seja, será que essas pessoas na rua querem dizer que o sistema de
124 participação está esgotado, está superado? Avaliou que a manifestação nas ruas foi
125 um sinal de que, não só o sistema participativo estava sendo de alguma forma
126 questionado em suas limitações, precisando se dar um novo passo, mas todos os
127 sistemas políticos da sociedade brasileira, tendo em vista, que o principal problema
128 que bloqueava e travava as agendas da democracia participativa, era um sistema de
129 democracia representativa falido. Apontou que o desafio que estava posto, era de
130 como as agendas que saiam dos movimentos sociais no sentido amplo, dos
131 movimentos sociais da criança e do adolescente, dos direitos humanos, do LGBT,
132 do movimento de trabalhadores, do campo, da cidade, dos movimentos de pessoas
133 com deficiência, dos idosos, de defesa do meio ambiente, iriam se transformar em
134 Lei e em política, efetivamente, se o Congresso estava totalmente submetido aos
135 grupos econômicos, aos fundamentalistas, os Partidos haviam se transformado,
136 infelizmente todos, em máquinas eleitorais e se a questão da governabilidade se
137 impunha ao interesse maior da sociedade. Concluindo que se o diálogo estava
138 totalmente bloqueado, a democracia participativa não iria funcionar se a
139 representativa também não funcionasse, se os partidos não funcionam
140 organicamente, indicando que cada vez mais tinha que se pensar numa reforma
141 política que fosse ampla, que abarcasse todas as instituições, em todos os níveis e
142 que na reforma política do Conanda, se pensasse como o Conselho se inseria nessa
143 luta dentro do quadro mais geral de reforma política do Estado brasileiro. Em
144 seguida tratou do novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil,
145 no contexto da reforma política, de forma a que as políticas de Estado valorizem e
146 não criminalizem as organizações e os movimentos sociais. Após o debate, a Sra.
147 **Presidenta** encerrou os trabalhos, agradecendo a presença dos palestrantes e
148 dos representantes do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de
149 Cultura, convocando o retorno dos trabalhos da oficina, às quatorze horas e trinta
150 minutos. A Sra. **Presidenta** reiniciou o encontro apresentando a dinâmica de
151 trabalho da oficina, inicialmente, expondo as perguntas que orientariam as
152 discussões nos grupos, a saber: A) Que instrumentos legais ou ações políticas
153 devem ser implementadas para garantir a autonomia política do Conselho e para

154 assegurar que o papel formulador e deliberativo do Conselho, seja respeitado pelas
155 diversas instâncias e poderes, legislativo, executivo e judiciário? B) Que
156 instrumentos legais ou ações políticas devem ser implementados para garantir a
157 autonomia financeira do Conselho e para assegurar que as ferramentas estejam à
158 disposição das ações do Conselho, infraestrutura, logística e material? C) Como
159 garantir maior representatividade da diversidade, sistemática, de gênero, territorial,
160 etnia, entre outros na composição do Conselho? D) Quais os mecanismos para
161 garantir a opinião de crianças e adolescentes nas discussões do Conanda? E) Qual
162 deve ser o papel executivo do Conanda, para garantir o encaminhamento das
163 decisões do pleno, bem como, garantir o apoio para o funcionamento do Conselho?
164 F) Como criar uma rede de articulação entre Conselhos de Direitos de diferentes
165 níveis federativos? G) Como criar relações com Conselhos Nacionais setoriais,
166 relações e articulações? Em seguida, explicou que os trabalhos seriam divididos em
167 quatro grupos, sendo que todos os grupos discutiriam as três primeiras questões e
168 as demais questões restantes, distribuídas uma para cada grupo, assim, cada grupo
169 teria três questões gerais e uma específica para discussão, sendo que, as questões
170 específicas foram distribuídas da seguinte forma: para o grupo um a questão D, para
171 o grupo dois a questão E, para o grupo três a questão F, e para o grupo quatro a
172 questão G. Orientou-se para que cada grupo definisse um coordenador para ajudar
173 a fluir o debate e um para fazer a relatoria. Dada à presença de apenas dezesseis
174 Conselheiros, decidiu-se pela redução do número de grupos, para três, sendo cada
175 grupo constituído por quatro Conselheiros: Grupo 1, Conselheiros Jordelino, Esther,
176 Kesia, e Djalma; Grupo 2, Conselheiros Tânia, Mirian, Raquel, e Floraci; Grupo 3,
177 Conselheiros Carlos Nicodemos, Lorena, Maristela, e Maria Izabel. Para reorganizar
178 as perguntas equitativamente entre os grupos, chegou-se ao consenso de que a
179 pergunta D, sobre mecanismos de garantia da opinião de crianças e adolescente,
180 ficaria para ser discutida em outro momento, tendo em vista, que ainda haveria a
181 oficina com adolescentes para discussão sobre esse tema, ficando o Grupo 1
182 especificamente com a questão G. Decidida a dinâmica de trabalho, os grupos se
183 retiraram, para cada qual fazer a sua discussão. No retorno, os grupos
184 apresentaram a síntese de suas discussões. Grupo 1: Justificou que havia centrado
185 a discussão mais na análise da relevância das questões indicadas, e menos em se
186 chegar a propostas concretas de encaminhamentos. Quanto à questão A, o grupo

187 verificou que no Regimento Interno havia menção, uma única vez, no capítulo três,
188 na seção um, do Presidente do Conanda, no ponto oito, que a atribuição do
189 Presidente do Conanda, era cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas do
190 Conanda, mas não apontava como ele faria e que instrumentos ele teria para dar
191 cumprimento a isso, concluiu-se que o Regimento era falho e era omissivo nesse
192 aspecto. Outra questão apontada foi à necessidade de mudança da legislação, para
193 que se cumprisse o que era deliberado pelo Conanda, de modo, que o gestor
194 público que não cumprisse a deliberação do Conselho sofreria alguma sanção, por
195 exemplo, não receberia repasse de verba, teria responsabilidade fiscal, etc. Em
196 ações políticas, seria necessário que o Conanda fizesse gestão no sentido de
197 comunicação com o espaço de articulação, a partir da publicização das informações,
198 que criasse mecanismos de articulação com os demais Conselhos de Direito, nas
199 diferentes instâncias, e autonomia política da Mesa Diretora, no sentido de ter as
200 condições para cumprimento das deliberações do Conanda. Quanto à questão B,
201 avaliou a necessidade também, de alteração da Lei, no sentido de se garantir as
202 condições necessárias ao bom funcionamento do Conselho, estrutura física, quadro
203 de pessoal, autonomia financeira, desburocratização e acompanhamento mais
204 efetivo dos gastos dos recursos públicos. Quanto à questão C, entendeu que seria
205 necessário mudar a forma da eleição, do funcionamento, criando mecanismos que
206 garantissem a abertura da composição do Conanda, cujos critérios poderiam ser:
207 por representação de segmento, por representação territorial, por cotas, etc.,
208 incluindo-se a participação de crianças e adolescentes. Quanto à questão G, indicou
209 que se criassem relações com conselhos nacionais e setoriais, pois as políticas, às
210 vezes, são muito fragmentadas e a questão da criança e do adolescente não estava
211 isolada da questão da mulher, da questão do negro, da questão dos pobres, da
212 questão LGBT, por isso, concluiu-se que seria preciso estabelecer uma agenda com
213 os Conselhos setoriais, de forma a discutir temas que perpassem as atuações.
214 Grupo 2: Sugeriu os seguintes encaminhamentos: criar Lei específica, ou mudança
215 da Lei que criou o Conanda, para fazer valer junto as instâncias do executivo,
216 legislativo e judiciário, o papel do Conselho de deliberação das políticas de crianças
217 e adolescentes; garantir reuniões sistemáticas com a Sra. Ministra da pasta da
218 Secretaria de Direitos Humanos (SDH), nas plenárias do Conanda, tendo em vista, o
219 seu papel deliberativo; resgatar a agenda com a Sra. Presidenta Dilma, tendo em

220 vista, que ainda não houve nenhuma reunião do Conanda com a Sra. Presidenta,
221 depois do encontro com candidata Sra. Dilma à Presidência da República; articular
222 com os Conselhos estaduais e os Conselhos municipais da criança e do
223 adolescente, além do Distrito Federal, criando ações que reforçassem o papel
224 desses Conselhos, a exemplo da capacitação promovida para os Conselhos de
225 Direitos municipais; implementar o fundo a fundo, garantindo o cofinanciamento da
226 política local de criança e adolescente, cujo recurso seria vinculado, como acontecia
227 no caso da saúde, da assistência e da educação, a uma série de regras para que
228 estados e municípios recebessem o recurso, via Fundo para a Infância e a
229 Adolescência (FIA); implementar o uso da mídia, através da contratação de um
230 assessor de comunicação para o Conanda e fortalecimento do portal do Conselho;
231 articular via convênio, para acompanhamento parlamentar das Propostas de
232 Emendas Parlamentares (PECs), referentes a criança e ao adolescente, como já
233 ocorreu anteriormente com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); diálogo
234 do Conanda com os líderes no Congresso Nacional; diálogo com o judiciário através
235 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que poderia ser para análises conjuntas;
236 aumentar as incidências, provocações e convites formais aos órgãos do judiciário,
237 para debater temas comuns, justiça e Conanda; exigir que o Conselheiro
238 Governamental, após as assembleias, leve as demandas para seu superior, devido
239 a importância do comprometimento desse Conselheiro e da sua Chefia superior em
240 receber relatoria daquilo que se passa dentro do Conanda; criar mecanismos de
241 autonomia financeira, ter orçamento próprio, através da seguridade social, que está
242 garantido na Constituição Federal, e administrativa do Conanda, garantindo uma
243 Secretaria Executiva em qualidade e quantidade; mudar a Lei de criação e
244 Regimento Interno do Conanda, com vistas a aumentar o número de Conselheiros,
245 tanto da Sociedade Civil, quanto do Governo, para garantir a representatividade de
246 abrangência nacional, garantir a rotatividade das instituições que estão no Conselho,
247 para que outras possam participar, e garantir a participação de Titulares e Suplentes
248 em todas as plenárias, eventos, etc.; garantir o plano de comunicação; e garantir
249 uma sala de reunião para os Conselheiros, melhorando a estrutura física para o seu
250 trabalho. Grupo 3: Quanto a questão A, sugeriu a criação de um novo marco
251 constitucional que não fosse apenas uma Lei Ordinária, mudando a própria
252 constituição, para que o Conanda tivesse um lugar de destaque na legislação

253 brasileira. Quanto à questão B, criação de Lei Complementar de funcionamento do
254 Conselho, após o marco constitucional e que se fizesse um plano de transição, entre
255 A e B, ou seja, enquanto se interferisse na alteração constitucional, processo a longo
256 prazo, construir um plano de transição, um projeto de reforma política do Conanda
257 em que constassem metas, objetivos, custos, etc. Quanto a questão C, definição dos
258 critérios e formas da eleição, em momento anterior ao processo eleitoral, que
259 envolvia Lei estabelecendo o processo eleitoral, onde a Comissão Eleitoral iria
260 apenas ordenar a eleição, mas não definiria os procedimentos; as composições das
261 entidades por território, cinco regiões e duas macro regiões, pensar na possibilidade
262 de ter representação de Conselhos Estaduais, escolhida pelo Fórum dos Conselhos,
263 incluindo, também, a representação por segmento, com as categorias definidas,
264 racial, gênero, quilombola, etc.; definição do tempo de representatividade, como
265 exemplo, o modelo adotado pela maioria dos Conselhos estaduais e municipais,
266 permitindo uma reeleição. No decorrer das discussões surgiram ainda mais duas
267 propostas: contratação de pesquisa com recursos do Fundo Nacional para a Criança
268 e o Adolescente (FNCA), sobre a percepção que a sociedade tem dos Conselhos de
269 Direitos, paralelamente, realização de campanha nacional sobre o que são os
270 Conselhos de Direitos, aproveitando os dez anos do Decreto regulamentador do
271 Conanda. Ao final das discussões, a Sra. **Presidenta** encaminhou para que os
272 grupos sistematizassem o relatório de suas discussões, que deveriam ser enviados
273 ao Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Política. para que se apresentasse na
274 assembleia. **Abertura da Assembleia, discussão e aprovação da Pauta.** A Sra.
275 **Presidenta** abriu os trabalhos cumprimentando os Conselheiros e propôs a seguinte
276 inversão na ordem do dia: primeiro a apresentação sobre as medidas
277 socioeducativas em meio aberto, com o Conselheiro Francisco Brito, representante
278 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e depois o
279 orçamento 2013, com a Secretaria de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos
280 (SDH), tendo em vista, que o representante do MDS precisaria sair antes das
281 dezessete horas, não havendo objeção, a inversão foi aprovada. **Apresentação**
282 **sobre as medidas socioeducativas em meio aberto – MDS.** O Conselheiro
283 **Francisco Brito**, inicialmente, explanou sobre o histórico que levou o meio aberto
284 para o Sistema Único da Assistência Social (Suas) e em seguida apresentou, em
285 linhas gerais, o desenho e o volume do atendimento ao adolescente em

286 cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto e do apoio à família do
287 adolescente, via os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e
288 do Centro de Referência de Assistência Social Especializado (Creas), finalizando
289 com a exposição sobre a relação entre o MDS e política do Sistema Nacional
290 Socioeducativo (Sinase). Em seguida, o Sr. **Claudio Vieira**, Coordenador do Sinase,
291 disse que o esforço intersetorial estava na medida de permanentemente apontar-se
292 a discussão das necessidades em torno da consolidação da política pública do
293 Sinase, sempre como uma política pública específica que necessitava de
294 cofinanciamento permanente e que, para isso, precisava ter visibilidade
295 administrativa. Após as discussões, a Conselheira **Miriam** sugeriu como
296 encaminhamento: que o debate tivesse continuidade na Comissão de Políticas
297 Públicas (CPP). O Conselheiro **Carlos Nicodemos**, na forma do Regulamento
298 Interno, solicitou pedido de vistas do processo, para poder emitir um parecer sobre a
299 execução da medida sócio educativa em meio aberto, a ser apresentado na próxima
300 assembleia. A Sra. **Presidenta**, com base no Regulamento Interno, estabeleceu o
301 prazo de vinte dias para apresentação do relatório de pedido de vistas ao processo,
302 que deveria circular aos Conselheiros antes da apresentação na próxima assembleia
303 e ainda convidou o MDS para estar presente nesse debate. Também encaminhou a
304 continuidade da discussão no âmbito da CPP, em setembro, com a participação do
305 MDS. Finalizou agradecendo a presença dos convidados e propôs que se passasse
306 para a apreciação e a aprovação da Resolução sobre a participação de
307 adolescentes, enquanto se aguardava a chegada do convidado Sr. Alexandre
308 Avelino, da Secretaria de Gestão da SDH, o que foi aprovado. **Aprovação da**
309 **Resolução sobre Participação de Crianças e Adolescentes**. A Sra. **Presidenta**
310 lembrou que o processo de construção da Resolução havia passado pelas seguintes
311 etapas: elaboração pela Comissão de Mobilização e Formação (CMF), de uma
312 minuta apresentada em plenária; que foi circulada para todos os Conselheiros
313 apresentarem suas contribuições; que foram consolidadas pela Secretaria Executiva
314 e pela Comissão; que foi encaminhado para análise da Assessoria Jurídica da SDH;
315 que apontou questões somente de formato e não de mérito; e que, com as
316 adequações jurídicas da SDH, a Comissão fechou o texto para aprovação na
317 plenária. Decidiu-se pela leitura ponto a ponto, para os destaques que seguem: onde
318 se lê “distrital” substituir “por Distrito Federal”; incluir no item que solicita

319 apresentação do relatório pelos estados, que estes sejam acompanhados de fotos
320 do processo; positivar no parágrafo o que se aplica com a seguinte redação “ao
321 Conselho da Criança e do Adolescente do DF, aplica-se o inciso primeiro deste
322 artigo”, em vez de dizer que não se aplica o segundo e o terceiro parágrafos;
323 remeter o parágrafo segundo, do artigo segundo, para o artigo terceiro como
324 parágrafo único do artigo terceiro; incluir no artigo terceiro, a seguinte redação,
325 “cabará aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do
326 DF”; contemplar no artigo quinto, as diversidades que estão no Plano Decenal, não
327 só diversidade regional ou de território, mas a diversidade de gênero, raça, pessoa
328 com deficiência, população de rua e todas aquelas diversidades trabalhadas na
329 Conferência; incluir nos considerandos, os artigos da Convenção dos Direitos da
330 Criança, para deixar mais definidas as margens jurídicas e conceituais do direito à
331 participação. Tendo sido todos os destaques aprovados, a Sra. **Presidenta**
332 encaminhou que a Comissão e a Secretaria Executiva, consolidassem o novo texto,
333 que passaria novamente pela Assessoria Jurídica da SDH, para encaminhar para
334 publicação. Finalmente, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

335 **Apresentação sobre Orçamento 2013 - Secretaria de Gestão da Política de**
336 **Direitos Humanos da SDH/PR.** A Sra. **Presidenta** reabriu os trabalhos
337 cumprimentando e passando a palavra para o Sr. Alexandre Avelino, da Secretaria
338 de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).
339 O Sr. **Alexandre** iniciou justificando a ausência do Secretário Gleisson, que
340 encontrava-se em outro compromisso e, em seguida, passou as informações do
341 histórico de execuções do Fundo Nacional para a Criança e o adolescente (FNCA),
342 no período de dois mil e cinco a dois mil e doze. Apresentou ainda um panorama
343 geral do orçamento da SDH para o ano de dois mil e treze, e como o FNCA estava
344 colocado nesse panorama. Após as discussões, a Sra. **Presidenta** procedeu os
345 encaminhamentos: produção e encaminhamento do informe gerencial quinzenal pela
346 Secretaria de Gestão da SDH ao Conanda; remeteu-se para a Comissão de
347 Orçamento e Finanças (COF), o debate sobre a contratação de consultoria para a
348 realização das análises dos projetos e a produção do termo de referência para o
349 edital de contratação; definição pela COF, de quais projetos em execução são os
350 prioritários e o que se pretende acompanhar mais de perto, para que se possa
351 organizar a demanda junto a área de Gestão da SDH, questão financeira, mas

352 também, junto as Comissões para análise de mérito. Proposta de que se tenha no
353 Conanda uma cartilha ou um manual com as especificações de cada fonte de
354 recurso do FNCA. O Sr. Alexandre se prontificou para elaborar um manual para o
355 Conanda. A Sra. **Presidenta** encaminhou ainda que tanto o Edital de chancela,
356 quanto os *kits* dos Conselhos Tutelares, seriam objeto de discussão na pauta do dia
357 seguinte e remeteu à COF, que se pensasse na proposta de como incidir junto ao
358 Congresso, para buscarem-se emendas parlamentares. Finalizou agradecendo a
359 presença e as contribuições do Sr. Alexandre. **Informes da Mesa Diretora**
360 **(apresentação dos Relatórios)**. A Sra. **Presidenta** apresentou os seguintes
361 encaminhamentos iniciais: indicação de um membro do Conanda para compor o
362 Comitê Nacional de Combate à Tortura, propondo o nome do Conselheiro Carlos
363 Nicodemos; indicação de um Titular e um Suplente do Conanda para compor o
364 Núcleo de Gestão de Escolas de Conselhos, propondo os nome do Vice-Presidente,
365 para Titular e como Suplente o Conselheiro Fábio Feitosa; indicação de quatro
366 Conselheiros da Sociedade Civil do Conanda para o Fórum Nacional dos Direitos da
367 Criança e do Adolescente (FNDCA), propondo os nomes do Vice-Presidente, e doa
368 Conselheiros Fábio, Erivã e Esther, sugerindo que entre eles fosse decidido quem
369 teria disponibilidade para essa representação, posteriormente, passando para a
370 Mesa Diretora, afim de encaminhar-se a indicação para publicação. Informou que a
371 SDH estava implementando o monitoramento das ações do Programa Nacional de
372 Direitos Humanos (PNDH3), que correspondia a mais de quinhentas ações, e que
373 em reunião com a Sra. Secretária Patrícia, o Vice-Presidente e a Presidenta do
374 Conanda, haviam avaliado que também os Conselhos deveriam de alguma forma
375 participar desse monitoramento, sugerindo que os Conselheiros avaliassem as
376 ações, indicando quais delas são prioritárias para o Conanda, fazendo a devolutiva
377 das sugestões até dia trinta do corrente mês, para serem apresentadas na próxima
378 assembleia. Tendo sido todos os encaminhamentos aprovados, a Sra. **Presidenta**
379 propôs que se passasse para os seguintes informes: sobre a preparação do ato no
380 Congresso; sobre a atividade da Comissão Especial que ocorreu em São Paulo; e a
381 reunião no Congresso com alguns Deputados, chamados pelo Sr. Deputado Mário
382 Miranda, antes do encerramento dos trabalhos, deixando para o dia seguinte a
383 apresentação do plano de ação, aprovado na última assembleia e que a Secretária
384 da Diretora ficou de apresentar proposta para implementação de prazos, o que foi

385 aprovado. Quanto aos preparativos para o ato na Câmara informou-se que: seria no
386 auditório Nereu Ramos; as articulações e mobilizações haviam sido via e-mail e
387 ofício; já haviam confirmado presença, a Sra. Karina do Comitê de Enfrentamento
388 que mobilizou junto ao Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e
389 Adolescentes (Cecria), a presença de cento e cinquenta a duzentos adolescentes, a
390 Mesa Diretora do Conjuve, que articulou a presença das entidades do DF, a SDH, o
391 MDS, o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da
392 Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
393 (Fonacriad), também com dois adolescentes, o Sr. Presidente do Senado e o Sr.
394 Presidente da Câmara e Frente Parlamentar, o FNDCA, os Conselhos Estaduais;
395 foram confeccionadas camisetas com o mapa do Brasil e com a inscrição de todos
396 os direitos. Quanto ao Seminário da Audiência Pública da Comissão Especial na
397 Assembleia Legislativa de São Paulo, realizado no dia anterior, não tratou de
398 redução, mas das medidas socioeducativas tanto em meio aberto, quanto fechado,
399 no entanto, era importante saber que a Comissão estava preparando o relatório, no
400 sentido de aumentar o prazo de internação, que seria apresentado sem prazo para
401 emenda. Quanto a reunião no Congresso organizada pelo Sr. Deputado Nilmário
402 Miranda, estavam presentes: o Sr. Deputado Paulo Costa, a Sra. Deputada Iara
403 Bernardes, a Sra. Deputada Irine Resine, a Sra. Deputada Luiza Erundina e várias
404 assessorias, pelo Conanda o Conselheiro Jordelino e a Presidenta, e pela SDH o Sr.
405 Hélio da Assessoria Parlamentar, e a conversa com o Conanda foi sobre a
406 discussão do Projeto de Lei (PL) que foi apensado na Comissão Especial, quanto à
407 posição do Conanda a esse respeito, foi apresentado o plano de ação aprovado na
408 Assembleia Extraordinária, falou-se também do ato, e eles haviam se comprometido
409 em comparecer. A compreensão era de que muito provavelmente o relatório final
410 dessa Comissão seria por aumentar o prazo de internação, porque a Comissão tinha
411 caráter terminativo, a bancada do PT entrou com vários requerimentos para a
412 Comissão ouvir especialistas, os Conselhos do Sistema de Justiça, o Conanda, a
413 SDH, etc., e eles haviam juntados todos, para um Seminário de Audiência Pública,
414 para o dia cinco de setembro. Finalmente, informou-se que o Conselho Municipal da
415 Criança e Adolescente de Ilhéus, estava fazendo enfrentamentos contra o uso
416 irregular do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela
417 Prefeitura e que, ainda, estava sofrendo uma série de outros entraves para o seu

418 funcionamento. Para tratar dessas questões, seria realizada no dia dezenove uma
419 reunião descentralizada do Conselho Estadual e a proposta era para que o Conanda
420 fizesse uma Nota de manifestação de apoio, ou até mesmo um pedido ao Ministério
421 Público (MP), para que se fizesse a investigação sobre essas irregularidades. A Sra.
422 **Presidenta** propôs que os Conselheiros Djalma e Edmundo fizessem um relatório e
423 nele colocassem as propostas de encaminhamentos para apreciação na plenária, o
424 que foi aprovado. Em seguida, a Sra. **Presidenta** desejou boa noite e boa reunião
425 aos membros da Sociedade Civil e encerrou os trabalhos. **Preparação do Encontro**
426 **de Articulação com Cedcas.** O Sr. **Vice-Presidente** informou que a Sra. Irene iria
427 apresentar a análise de conjuntura na abertura do encontro de articulação com os
428 Conselhos Estaduais, em razão de que o Sr. Russi, convidado inicial, havia ligado
429 no dia anterior dizendo da impossibilidade de cumprir a agenda. Em seguida, a Sra.
430 **Presidenta** apresentou a estrutura de organização do trabalho, proposta para o
431 encontro para apreciação: no primeiro dia – apresentação do objetivo específico;
432 análise de conjuntura; discussão da análise de conjuntura; análise do ato e
433 encaminhamentos; introdução do Conanda sobre os planos estaduais decenais e os
434 direitos humanos de criança e adolescente; depois se dividiria em grupo por regiões,
435 sendo o nordeste dividido em dois grupos; perguntas norteadoras para o trabalho em
436 grupo; documentos norteadores para o trabalho em grupo; plenário para
437 apresentação dos resultados; no segundo dia – apresentação do eixo três,
438 participação de crianças e adolescentes; apresentação da política de atendimento
439 socioeducativo, com a presença da Coordenação do Sinase; trabalho de grupo;
440 perguntas norteadoras para o trabalho em grupo; documentos norteadores para o
441 trabalho em grupo; plenária para apresentação dos resultados dos grupos de
442 trabalho; encaminhamentos; e encerramento. Explicou que cada grupo de trabalho
443 contaria com a participação de dois Conselheiros Nacionais, que atuariam como
444 facilitadores, fazendo com que o grupo chegasse, quando do resultado final, as
445 respostas às perguntas norteadoras, e cada grupo escolheria um relator. Em
446 seguida, abriu para discussão, momento em que, foi apresentada a proposta de que
447 na análise do ato no Congresso, fosse divulgada a Nota do Conanda Contra à
448 Redução da Maioridade Penal, incluindo-se nela, que o Conanda é também contra o
449 aumento de internação, o que foi aprovado. Sugeriu-se ainda que no momento da
450 análise do ato no Congresso, contextualizasse toda a discussão do mês de julho e

451 as deliberações da Assembleia Extraordinária e ainda se avaliasse a ausência de
452 mobilização nos estados, para a coleta de assinatura para o abaixo assinado ao
453 Congresso, contra a redução. Tendo sido todas as propostas aprovadas, a Sra.
454 **Presidenta** justificou a ausência do Conselheiro Edmundo, em razão de que
455 naquele momento estava representando o Conanda numa atividade no Distrito
456 Federal sobre o Fundo dos Direitos da Criança do DF, e do Conselheiro Marco
457 Antônio, que estava na abertura do encontro de fortalecimento da rede das crianças
458 e adolescentes de rua. Quanto à divisão dos grupos, sugeriu-se que fossem
459 formados apenas cinco grupos, distribuídos por região, para melhor intercâmbio
460 entre os estados, o que foi aprovado. Em seguida, encaminhou-se a definição dos
461 Conselheiros Nacionais para atuarem no processo de facilitação dos trabalhos dos
462 grupos: região norte, Conselheiros Djalma e Esther; região nordeste, Conselheiros
463 Edmundo, Miriam e Núbia; região sudeste, Conselheiros Diego e Danyel; região
464 centro-oeste, Conselheiros Renato e Erivã; região sul, Conselheira Alessandra. Por
465 fim, foi solicitado que se providenciassem para todos os participantes, a impressão
466 do Plano Decenal e as deliberações da IX Conferência, para facilitar os trabalhos
467 nos grupos. **Relato das Comissões. Comissão de Políticas Públicas (CPP).**
468 Apresentou-se a pauta da CPP: proposta da Mesa Diretora, de como detalhar as
469 ações do plano de articulação para a garantia dos direitos dos adolescentes autores
470 de ato infracional; proposta de composição do GT para análise dos dezenove PLs
471 em tramitação no Congresso e sobre o Anteprojeto de Lei de responsabilização
472 progressiva, apresentado pelo grupo de trabalho, que se reuniu no âmbito do Fundo
473 das Nações Unidas para a Infância (Unicef), tendo a indicação dos seguintes
474 Conselheiros: Miriam, Carlos Nicodemos e Pedro, representantes da Sociedade
475 Civil, e Maria Izabel, Davi e Ivanildo, representantes Governamentais; publicar a
476 Resolução de composição do GT; realizar a reunião do GT para a discussão do
477 plano de trabalho, para apresentar na próxima assembleia. Após a apresentação da
478 pauta para discussão, o Sr. **Vice-Presidente** solicitou quinze minutos de suspensão
479 dos trabalhos, para que os Conselheiros da Sociedade Civil pudessem se reunir, o
480 que foi aprovado. No retorno aos trabalhos, a Sra. **Presidenta** colocou em discussão
481 os encaminhamentos da CPP. O Sr. **Vice-Presidente** informou que a Sociedade
482 Civil, propunha pela retirada da proposta de criação do GT para análise dos
483 dezenove PLs e do Anteprojeto de Lei de responsabilização progressiva, e que, em

484 razão de sua retirada, não havia mais encaminhamentos quanto a sua composição e
485 atividades. A Sra. **Presidenta** consultou se havia proposta contrária. A Conselheira
486 **Miriam** disse que gostaria de afirmar a sua opinião, de que era fundamental que se
487 mantivesse o GT, garantindo que essa pauta fosse permanentemente tratada pelo
488 Conanda e que por essa razão, acreditava ser um equívoco por parte da Sociedade
489 Civil a retirada do GT. O Sr. **Vice-Presidente** esclareceu que a proposta não incluía
490 o abandono do plano de articulação contendo todos os encaminhamentos da
491 Assembleia Extraordinária, somente que não era necessário ter especificamente um
492 GT de estudos dos PLs e do Anteprojeto, mas que seria mais importante, ter uma
493 comissão ou um grupo que garantisse a articulação do conjunto de ações propostos
494 na Assembleia Extraordinária. A Sra. **Presidenta** esclareceu que no seu
495 entendimento, o que tinha ficado decidido era de que a Mesa Diretora seria a
496 responsável pela articulação e execução do plano de articulação como um todo, mas
497 que o Sr. Vice-Presidente estava apresentando uma nova proposta, para que se
498 formasse um grupo articulador específico, composto pela Mesa Diretora e mais
499 Conselheiros indicados na plenária, que ficassem responsáveis por toda agenda. O
500 Conselheiro **Carlos Nicodemos** explicou que a razão da proposta era, pelo fato da
501 inexecução dos encaminhamentos considerados urgentes, por uma pauta que havia
502 sido considerada premente. A Sra. **Presidenta** esclareceu, que não era verdade que
503 nada havia sido encaminhado, pois a Mesa Diretora havia circulado a proposta de
504 como dar andamento ao plano de ação, que havia sido apresentado na reunião do
505 dia anterior a CPP, e que somente o Conselheiro Carlos Nicodemos havia retornado
506 e que, mesmo assim, encaminhamentos já haviam sido tomados, tais como:
507 solicitação de audiência com os líderes de Partido, com a Presidência da Casa,
508 tanto do Senado, quanto da Câmara, com a Comissão Especial; reunião com os
509 Conselhos Nacionais, em especial o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o
510 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); o Conselheiro Fabio Feitosa
511 circulou para o GT de Comunicação, a proposta de trabalho com o levantamento
512 sobre a sua operacionalidade; solicitação de parecer sobre a utilização dos recursos
513 do FNCA; análise junto a coordenação do SGB, sobre a possibilidade de inclusão
514 num dos convênios com a Rádio Margarida, para elaboração das peças de
515 comunicação; diálogo com a Secretaria de Comunicação da Presidência da
516 República (Secom) e com a SDH para verificação da possibilidade de utilização das

517 ferramentas virtuais do Observatório, para fomentar a discussão; a SNPDCa com a
518 Secretaria Executiva, iniciou a conversa com os Ministérios, MS, MEC, MDS, MTE;
519 proposta de que, na assembleia de setembro, se tenha um período inteiro para
520 discussão dessa agenda, inclusive, à luz das proposituras do relatório apresentado
521 do pedido de vistas do Conselheiro Carlos Nicodemos, e à luz da pauta da
522 Coordenação do Sinase, sobre a Escola de Formação Socioeducativa. Esclareceu
523 que a Mesa Diretora estava aguardando a criação do GT para reunir-se com ele,
524 para apresentação da proposta do plano de ação, do conjunto dos
525 encaminhamentos já realizados e para agendamento da reunião com o Unicef,
526 sugerindo que se encaminhasse: a proposta da formação da comissão articuladora
527 composta pela Mesa Diretora, mais Conselheiros indicados plena plenária; que se
528 definisse o cronograma inicial de trabalho dessa comissão; prazo para circular o
529 cronograma de segunda à quarta; reunião da comissão com os Conselhos Nacionais
530 e o Unicef junto com a reunião da Mesa Diretora, no dia trinta. Em seguida,
531 apresentou que compunham a Mesa Diretora, os Conselheiros Alessandra, Fabio
532 Feitosa, Thereza e Jordelino, mais o Vice-Presidente e a Presidenta e, propôs que
533 se indicassem mais dois Conselheiros para a composição da comissão de
534 articulação. O Sr. **Vice-Presidente** propôs que fossem quatro Conselheiros, sendo
535 dois da Sociedade Civil e dois do Governo. A Sra. **Presidenta** propôs pela
536 Sociedade Civil, as Conselheiras Miriam e Núbia e pelo Governo os Conselheiros,
537 Danyel e Ivanildo ou Davi. Havendo consenso sobre a formação da comissão de
538 articulação, o **Vice-Presidente** propôs, que antes que se continuassem os
539 encaminhamentos, se desse por aprovado o parecer de pedido de vistas
540 apresentado pelo Conselheiro Carlos Nicodemos. A Sra. **Presidenta** disse que não
541 discordava de nenhum encaminhamento que havia sido dado até o momento, em
542 relação ao posicionamento do Conanda, com base no parecer, mas que nele havia,
543 sobre o aumento do tempo de internação, um conjunto de proposituras e
544 recomendações que não haviam sido objeto de análise, pelo menos por parte dos
545 Conselheiros Governamentais, e que, se estava em pauta a aprovação do parecer
546 do pedido de vistas do Conselheiro Carlos Nicodemos, solicitava pedido de vistas ao
547 processo. O Conselheiro **Carlos Nicodemos** apresentou questão de ordem dizendo
548 que tecnicamente o pedido de vista já havia precluído, porque pelo Regimento
549 Interno, a matéria originária, quando apresentada, poderiam Conselheiro ou

550 Conselheiros pedirem vista daquela matéria e apresentar, num prazo estabelecido
551 pela Presidência, e que o Governo não havia, naquele momento, solicitado pedido
552 de vistas da matéria originária da responsabilidade progressiva apresentada pelo GT
553 do Unicef, como proposta da SDH e que, portanto, queria entender a fundamentação
554 regimental para solicitação de pedido de vistas ao parecer, do pedido de vistas
555 apresentado por ele. Defendeu que o encaminhamento que se fazia necessário, era
556 se o seu parecer de pedido de vistas apresentado em plenária, seguiria como ponto
557 suspenso, ou se não seguiria com ponto suspenso, porque ele havia sido
558 apresentado regimentalmente na assembleia e em algum momento deveria ser
559 votado. O Conselheiro **Danyel** iniciou dizendo que havia entendido que a matéria
560 originária, referente ao anteprojeto da responsabilidade progressiva, tinha sido
561 retirado da pauta do Conanda, na medida em que se havia deliberado pela extinção
562 do GT que trataria da análise da matéria, e que, portanto, se a matéria originária
563 havia sido retirada da pauta, não havia também, porque votar o parecer do pedido
564 de vistas do Conselheiro Carlos Nicodemos e, conseqüentemente, só haveria
565 condições de se votar o parecer, se a matéria originária fosse recolocada na pauta.
566 Quanto a solicitação de pedido de vistas da Sra. Presidenta, esclareceu que não se
567 tratava de vistas à vistas, coisa que não havia base regimental para isso, mas sim,
568 vistas sobre a matéria originária e que este sim, poderia ser objeto de vistas a
569 qualquer tempo, desde que a matéria estivesse em pauta e ainda não tivesse sido
570 votada, o que, também não era o caso, porque a matéria originária fora retirada da
571 pauta. A Sra. **Presidenta** esclareceu que se a proposta fosse colocada em pauta
572 para aprovação do parecer de pedido de vistas do Conselheiro Carlos Nicodemos,
573 que trazia a matéria originária e um conjunto de recomendações que os
574 Conselheiros Governamentais precisavam analisar, o seu pedido de vistas à matéria
575 originária se manteria, mas que não tinha intenção em devolver a matéria à pauta e
576 que também essa não era a intenção do Governo e consultou a Sociedade Civil se
577 essa era a sua intenção, para que se pudesse proceder o encaminhamento em
578 discussão. A Conselheira **Miriam** declarou que o seu entendimento, era que se
579 decidisse pela suspensão ou não da votação do parecer do pedido de vistas do
580 Conselheiro Carlos Nicodemos, porque não entendia que a matéria originária havia
581 sido retirada de pauta, sugerindo como encaminhamento que se suspendesse a
582 votação e se remetesse a próxima assembleia. O Conselheiro **Carlos Nicodemos**

583 completou o entendimento da Conselheira Miriam, dizendo que após a leitura do seu
584 parecer do pedido de vistas, o procedimento adotado pela assembleia, havia sido de
585 suspensão da análise do tema, porque havia a proposta de criação do GT para
586 estudos dos dezenove PLs e do Anteprojeto de Lei, e que somente após a
587 conclusão dos trabalhos do GT, a matéria voltaria para plenária. O Conselheiro
588 **Danyel** solicitou esclarecimento sobre se a matéria havia ou não sido retirada de
589 pauta, porque não tinha entendido ainda. O Conselheiro **Carlos Nicodemos** disse
590 que o acordo que havia sido feito na assembleia, realizada no dia trinta, fora para
591 que se lesse o voto, suspendesse a discussão, criasse o GT para análise dos
592 dezenove PLs, do Anteprojeto de Lei da responsabilidade progressiva, incluindo-se
593 o seu parecer de pedido de vistas, para que, posteriormente, retornasse à plenária
594 para apresentação, apreciação e votação do relatório do GT, explicando que tudo
595 isso construía uma base, de que a matéria não havia sido retirada de pauta,
596 concluindo que o que estava colocado naquele momento, portanto, era se haveria
597 ou não a suspensão da votação do seu relatório de pedido de vistas, mas que se a
598 qualquer momento o Governo dissesse que não subscrevia mais a matéria e
599 encaminhasse pela sua retirada da pauta, aí sim o seu parecer de pedido de vistas a
600 matéria estaria superado, fora isso, ele continuaria em discussão. A Sra. **Presidenta**
601 esclareceu que quando o Conselheiro Fabio Feitosa apresentou a ela, após a
602 reunião da Sociedade Civil com a Sra. Ministra, o conjunto do plano de articulação,
603 ela havia dito ao Conselheiro que não havia mais razão para que se procedesse a
604 leitura do parecer do pedido de vistas do Conselheiro Carlos Nicodemos e que o
605 Conselheiro Fábio havia dito que muitos queriam conhecer o teor do parecer e
606 propôs que o parecer fosse lido e que só não seria votado, porque o Governo estava
607 retirando a matéria, concluindo que a matéria havia sido retirada naquele momento e
608 que por essa razão, o Governo não havia solicitado pedido de vistas para analisar as
609 recomendações. Por fim, concordou com o Conselheiro Carlos Nicodemos, dizendo
610 que não se tratava de suspensão de ponto de pauta, tendo em vista, que o Governo
611 já havia retirado a matéria da pauta. O Conselheiro **Djalma** apontou sua surpresa
612 com a informação, dizendo que, se houvesse se explicitado a posição do Governo,
613 se teria evitado todo o mal entendido. A Sra. **Presidenta** afirmou que tanto estava
614 clara a posição do Governo, que em reunião com o Sr. Ministro Nilmário Miranda,
615 onde estavam presentes o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Fundação

616 Abriñq, havia afirmado que não havia discussão no Conanda sobre alternativas à
617 redução da idade penal. O Conselheiro **Djalma** declarou que a questão estava
618 superada e propôs um voto simbólico ao parecer do pedido de vistas do Conselheiro
619 Nicodemos. A Sra. **Presidenta** reafirmou que no parecer havia um conjunto de
620 recomendações que precisavam ser analisadas pelos Conselheiros
621 Governamentais, e que pedia a compreensão da Sociedade Civil, para que se a
622 matéria fora retirada não havia parecer para votação, mas que propunha que se
623 encaminhassem as recomendações do parecer para a Comissão de Articulação, que
624 havia sido criada, para que analisasse cada uma das recomendações e naquilo que
625 houvesse consenso, integrar no plano de ação. Tendo sido aprovado o
626 encaminhamento, o Conselheiro **Carlos Nicodemos** disse que gostaria de saber,
627 solicitando que se registrasse em ata, os motivos, fundamentos, e a orientação,
628 quanto à retirada pelo Governo da proposta de responsabilização progressiva dos
629 adolescentes no sistema socioeducativo. A Sra. **Presidenta** lembrou que a proposta
630 não era de Governo, e que havia surgido de um grupo de trabalho criado pelo
631 Unicef, a pedido da Frente Parlamentar, e que fora apresentada a Sra. Ministra, que
632 havia procurado a Casa Civil sobre o interesse em colocar-se a proposta para
633 discussão, recebendo a orientação de se fizessem as consultas e conversas com
634 quem de direito, e que por essa razão, a matéria havia sido pautada no Conanda,
635 mas que, após a reunião da Sociedade Civil com a Sra. Ministra Maria do Rosário,
636 fora chamada, enquanto governo, e que a Sra. Ministra apresentou a avaliação de
637 que se não havia consenso entre os seus pares, com os quais sempre havia lutado
638 junto, que a matéria não estava mais em discussão e que se procedesse para uma
639 agenda propositiva para o Sinase, esclarecendo que na sequência, reuniram-se os
640 Conselheiros Governamentais que entenderam pela retirada da matéria da pauta do
641 Conanda. O Conselheiro **Carlos Nicodemos** agradeceu as explicações e disse que
642 não via nenhum demérito do Governo, depois uma análise de cenário, optar pela
643 retirada da matéria da pauta do Conanda, propondo que se encaminhasse a
644 elaboração de uma Nota Pública, que fosse divulgada em todas as redes, que o
645 Conanda não apreciava mais o tema da responsabilidade progressiva, porque havia
646 sido retirado de pauta a pedido da SDH, colocando-se à disposição, para se reunir
647 com outros dois Conselheiros, para redação da nota. A Conselheira **Erivã** declarou,
648 em nome do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o qual representava no

649 Conanda, o acatamento do parecer do Conselheiro Carlos Nicodemos por completo,
650 propondo que se encaminhasse o seu registro em ata da assembleia, no qual ele
651 fora apresentado, como forma de memória do Conselho e como um dos documentos
652 base de referência, que pudesse qualificar todo o plano de ação e de enfrentamento
653 às medidas restritivas de direitos. A Sra. **Presidenta** encaminhou a proposta de que
654 um Conselheiro Governamental e um Conselheiro Não-Governamental produzissem
655 a Nota Pública, esclarecendo que o Conanda não apreciava mais o tema da
656 responsabilidade progressiva, e que seria circulada imediatamente. Tendo sido o
657 encaminhamento aprovado, a Sra. **Presidenta** esclareceu que, em relação ao
658 documento já havia sido aprovado, o mesmo seria um dos documentos a serem
659 analisados pela Comissão de Articulação, responsável pelo plano de ação.
660 **Comissão de Orçamento e Finanças (COF)**. A COF, inicialmente, apresentou
661 consideração para incluir ao Edital de chancela, a minuta sobre flexibilização de
662 prazos, circulada para todos os Conselheiros, o que foi aprovado. Apresentou
663 também, a proposta de circular o relatório sobre o orçamento do Conanda para o
664 Sinase, para todos os Conselheiros, para apreciação do colegiado na próxima
665 assembleia, o que foi aprovado. **Comissão de Políticas Públicas (CPP)**. A CPP
666 apresentou sugestão que se convocasse uma reunião entre os Conselhos Nacionais
667 com o Conanda, para discutir a possibilidade de uma medida mais interventiva em
668 relação aos estados do Espírito Santo, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte,
669 que mantinham uma realidade bastante crítica, com relação ao atendimento de
670 crianças e adolescentes em conflito com a lei. Decidiu-se como encaminhamento, a
671 ida ao Rio Grande do Norte, na semana seguinte, inclusive para reunião conjunta
672 com CNJ e CNMP, porque não havia comparecido na reunião da Mesa Diretora, e
673 que para isso, a CPP deveria indicar um de seus membros para compor essa visita.
674 Por fim, apresentou-se a proposta de colocar para consulta pública, durante um
675 mês, a fim de receberem contribuições para a reformulação da Resolução 74,
676 relativa às questões da aprendizagem, para que se pudesse apresentá-la na
677 próxima assembleia e publicá-la em outubro. Sobre a realização da oficina da escuta
678 sem dano, decidiu-se pelos seguintes encaminhamentos: realização da oficina, a
679 priori, no dia treze de setembro; as Conselheiras Miriam, Erivã e Esther, até sexta-
680 feira, teriam uma conversa com a Sra. Secretária Angélica, definindo se seria
681 realizada a oficina em conjunto ou não com o GT Especial de Escuta, se o Conanda

682 participaria do colóquio organizado pelo GT e depois realizaria a oficina, se
683 participava do colóquio e não realizava a oficina, caso se definisse por manter a
684 realização da oficina no dia treze, a CDHAP e a CPP deveriam enviar para os
685 Conselheiros, proposta de programação. Antes de encerrar os trabalhos, o Sr.
686 Marcelo, da Coordenação do Sinase, informou que a COF havia solicitado cópia do
687 projeto padrão arquitetônico, para construção dos Conselhos Tutelares, e que ele
688 havia montado um CD para todos os Conselheiros com esse material e mais o
689 endereço e telefone de todos os Conselhos Tutelares do Brasil, que seria publicado
690 nos próximos dias pela SDH, e mais a lista dos vinte e três municípios que não
691 tinham Conselho Tutelar. Em seguida, a Sra. **Presidenta** agradeceu o material e a
692 presença do Sr. Marcelo, pediu desculpas pelo adiamento para a próxima
693 assembleia, da pauta sobre a equipagem dos Conselhos Tutelares, convidou à
694 todos para o Ato no Congresso e encerrou a assembleia. **Encontro de articulação
695 com os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente
696 (Cedca)**. A Sra. **Presidenta** reabriu os trabalhos propondo que se fizesse a
697 avaliação do Ato no Congresso Contra a Redução da Maioridade Penal e do
698 Aumento do Tempo de Internação, cujas questões apontadas foram: faltou para dar
699 visibilidade a manifestação, faixas e ato público fora do Congresso, porque o ato se
700 restringiu ao auditório interno; faltou ida aos gabinetes dos Deputados, para entrega
701 do abaixo-assinado e faltou cobertura da imprensa. Como pontos positivos,
702 apontaram-se: a articulação e integração dos Conselhos de Direitos, do Conselho
703 Nacional da Juventude (Conjuve) e dos adolescentes, que somaram ao movimento.
704 Ao final, definiram-se os seguintes encaminhamentos: a campanha contra a idade
705 penal não seria centralizada pelo Conanda, cada estado faria suas ações, que
706 culminariam com um ato nacional; a mobilização junto as Câmaras Legislativas e a
707 sociedade como todo, deveria envolver os Conselhos Tutelares, os Conselhos
708 Nacionais, e os adolescentes em cada estado; o Conanda faria reunião dia trinta,
709 com os Conselhos Nacionais, para integrá-los à campanha; envolvimento da mídia
710 alternativa para divulgação da campanha. Em seguida, a Sra. **Presidenta**
711 apresentou a dinâmica do trabalho dos grupos para discussão do Plano Decenal:
712 dividiram-se os trabalhos por região, formando-se cinco grupos de discussão,
713 norteados por duas questões, sendo a primeira, quais os desafios colocados para o
714 Conselho Estadual, para os Conselhos municipais, e as perspectivas para discussão

715 e implementação dos Planos Estaduais Decenais dos Direitos Humanos de Crianças
716 e Adolescentes, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos do Plano Nacional e das
717 deliberações da IX Conferência? E a segunda pergunta, que estratégias devem ser
718 adotadas e qual o cronograma de criação dos respectivos Planos Decenais? Para
719 cada grupo foi destinado à participação de Conselheiros do Conanda, para atuarem
720 como facilitadores das discussões no grupo: região norte, Conselheiros Djalma e
721 Esther; região nordeste, Conselheiros Edmundo, Miriam e Núbia; região centro-
722 oeste, Conselheiros Renato e Erivã; região sudeste, Conselheiros Diego e Danyel; e
723 região sul, Conselheiros Alessandra, Roseli, e Fabio Paes. Foi orientado, ainda, que
724 cada grupo definisse o seu relator, e que os trabalhos se encerrariam às dezessete
725 horas, para retorno à plenária. A Sra. **Presidenta** reconduziu os trabalhos, passando
726 aos relatos dos grupos por região, que foram apresentados na ordem a seguir.

727 Região Norte: Grupo constituído pelos sete estados. Parabenizou-se o estado do
728 Amazonas, único que apresentou o seu Plano Decenal impresso, os demais estados
729 ainda continuavam em fase de discussão, de como iriam trabalhar o Plano Decenal.
730 O estado do Pará já estava um pouco mais avançado, pois já havia definido algumas
731 estratégias, e a partir delas, já estava trabalhando para a conclusão do seu Plano
732 Decenal. Identificou-se como desafios comuns à todos os estados: primeiro, fazer
733 com que o Plano Decenal não seja vítima das grandes obras, tendo em vista, que os
734 estados do norte e principalmente nos estados do Pará e de Rondônia, as obras
735 interferem nas tomadas de decisões e realizações de seus Planos; segundo,
736 respeitar a diversidade de cada município dentro dos Conselhos, e automaticamente
737 dentro do Plano Decenal, tendo em vista, que a diversidade na região norte envolvia
738 questão indígena, quilombola, populações ribeirinhas e da floresta, separadas por
739 situação geográfica, com difícil acesso a elas; terceiro, superar a dificuldade de
740 diálogo entre os órgãos governamentais, com vistas a trabalhar a intersetorialidade,
741 pois os órgãos do Governo não se comunicavam entre si, dificultando com isso, a
742 realização e implementação do trabalho da construção do Plano Decenal; quarto,
743 fortalecer a sociedade civil para que ela estivesse junto na construção e na
744 implementação do Plano Decenal; quinto, fortalecer os Conselhos municipais, tendo
745 em vista, que as mudanças de Governo alteravam a composição dos Conselhos e,
746 por essa razão, seria necessário trabalho constante de capacitação dos
747 Conselheiros. Quanto às estratégias, tendo em vista, que dos sete estados, seis

748 ainda não tinham Plano, definiu-se: que se pautasse permanentemente a discussão
749 do Plano Decenal para todos os estados nas reuniões dos Conselhos, isto porque,
750 verificou-se que existiam estados que estariam trabalhando os planos específicos,
751 sem ter o Plano Decenal definido, por isso seria preciso rever e colocar na pauta do
752 Conselho a questão do Plano Decenal; que se instituísse oficialmente a Comissão
753 Estadual do Plano Decenal dentro dos Conselhos estaduais, para se trabalhar
754 especificamente o Plano Decenal, tendo como principais estratégias: a realização de
755 ações, tais como seminário, *workshop*, e oficina; que se demandasse apoio técnico
756 ou financeiro do Conanda, caso o estado precisasse de suporte estrutural para
757 avançar no Plano Decenal, tendo em vista, a ausência de apoio dos governos em
758 alguns estados. Região Sul: Grupo composto pelos três estados. Informou-se que
759 apenas o Plano Decenal do Estado do Paraná já fora avaliado pela plenária da SDH,
760 nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de julho, e já havia sido publicado, tendo
761 como etapas de construção do Plano: criação de um comitê em maio de dois mil e
762 doze, composto por doze Secretarias do Estado, MP, OAB, TJ, Cedca e o
763 adolescente; constituição de equipe técnica de apoio ao comitê, constituída pela
764 Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, responsável pela política da criança
765 e do adolescente, uma advogada, delegada de polícia, representando a Secretaria
766 de Estado da Segurança Pública no Cedca, e dois técnicos do Instituto de Pesquisa
767 do Paraná (Inpard), sendo um estatístico e uma cientista social; elaboração do
768 cronograma e da metodologia de trabalho, optando-se pela divisão do Plano em
769 cinco capítulos; construção do Plano de Ação, integrando ao comitê o FNDCA, para
770 a redação do planejamento com relação ao controle social, e da Assembleia
771 Legislativa para atendimento a duas ações da Conferência Nacional; consulta a
772 todas as comissões e conselhos que passaram os seus planos estaduais e
773 nacionais e que foram incluídos nas diretrizes do Plano Decenal; entrega do Plano
774 para todos os Conselheiros do Cedca; reunião de dois dias com todos os
775 Conselheiros onde se aprovou o plano; encaminhamento para publicação. O lado
776 negativo foi que o Plano ficou com quase quinhentas páginas e mais de oitenta
777 mapas, porém, o lado positivo desse detalhamento está em que, qualquer equipe
778 que assumir a execução do Plano, saberá o que terá que fazer. Já no estado de
779 Santa Catarina, o processo de construção do Plano iniciou em junho de dois mil e
780 doze, após a Conferência Estadual, que deliberou pela resolução de criação de um

781 grupo intersetorial. Fizeram-se livretos divulgando a Conferência e nesse período,
782 houve uma mudança de gestão no Conselho, que atrasou as etapas previstas para
783 discussão do Plano, através de seminários e conferências regionais, e que ainda
784 estava ocorrendo como forma de consulta pública de base para o plano. Na última
785 assembleia do Conselho, constitui-se um grupo de trabalho específico para a
786 elaboração do Plano, e cada grupo ficou com uma política, o próximo passo seria
787 estabelecer um novo cronograma, porque o cronograma em andamento venceria em
788 outubro. Também se informou que o Secretário da Assistência, Secretaria a qual o
789 Cedca estava vinculado, participava de todos os conselhos regionais que estavam
790 tratando do Plano Decenal; que os Conselheiros Governamentais participavam de
791 todas as assembleias; que estava em definição a participação do adolescente,
792 porque no momento, só participavam de atividades culturais nos encontros, e que
793 somente a cidade de Ponte Alta tinha a participação de adolescentes como
794 Conselheiros nas assembleias; dificuldades com dados estatísticos para
795 mapeamento das situações no Estado; ausência de mapeamento dos veículos de
796 comunicação; necessidade de orientação do Conanda aos Conselhos estaduais. Por
797 fim, no Rio Grande do Sul, o Conselho estava vinculado à Secretaria de Direitos
798 Humanos, que havia contratado um consultor no início do ano, para elaboração do
799 Plano Decenal e que o Conselho não estava participando dessa ação. Quanto à
800 participação de adolescentes, o Conselho havia proposto, após a Conferência, a
801 realização de um encontro de três dias, com vinte e três adolescentes e dezoito
802 educadores, mas a Secretaria não havia liberado, justificando que os
803 recursos do Fundo não poderiam ser utilizados para esse fim. Região Nordeste:
804 Grupo composto pelos nove estados. Discutiu a situação de cada Estado e sobre a
805 responsabilidade dos Conselhos na articulação e elaboração dos Planos, levando
806 em consideração, os objetivos do Plano Nacional, conforme orientação da
807 Conferência. Quanto aos desafios: garantia de recursos orçamentários; organização
808 de alguns Conselhos estaduais; efetivação da participação do poder público na
809 elaboração do Plano; construção do Plano através da participação dos atores
810 sociais, e a partir de diagnóstico da realidade de cada Estado; monitoramento de
811 forma sistemática, das ações de execução do Plano. Quanto a estratégias e
812 cronograma para elaboração do Plano: criação do grupo de trabalho responsável
813 pela elaboração do Plano; articulação intersetorial; articulação com os Conselhos

814 Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; transformação dos Planos em
815 Lei, proposta não consensual, tendo em vista, que a proposta de alguns estados,
816 seria para que as resoluções tivessem poder legal de deliberação dos Conselhos,
817 tendo como justificativa, a existência de jurisprudência vinculada às resoluções dos
818 Conselhos; prazo até dezembro de dois mil e quatorze para efetivação dos planos.
819 Sugeriu-se que parte das multas do Departamento de Trânsito (Detran), fossem
820 revertidas para os fundos estaduais e ainda, no caso da energia eólica, que causa
821 danos ambientais, que se cobrasse taxa destinada aos fundos municipais, conforme
822 previsto na legislação dos fundos; condicionar a liberação de recursos federais e
823 estaduais, a realização de Conferências municipais DCA e a implementação de
824 orçamento impositivo na área da criança e do adolescente. Por fim, apresentou-se a
825 necessidade de que nos planos dos estados da região nordeste fossem
826 contempladas políticas de boa convivência com o semiárido. Região Centro Oeste:
827 Grupo composto pelos quatro estados. Apresentou como principais desafios:
828 orçamento para que os Conselhos executassem as atividades propostas e
829 deliberadas; estrutura mínima para o funcionário dentro dos Conselhos; autonomia
830 política e de gestão para que o Conselho, dentro de sua própria área, pudesse
831 executar suas atividades; profissionalização dos serviços de atendimento, incluindo
832 os Conselhos, tendo em vista, que a maioria dos Conselhos funcionava com um
833 Presidente e um auxiliar administrativo, para atendimento de toda a demanda do
834 Estado; valorização e proteção dos Conselhos e dos Conselheiros. Apresentou
835 como principais estratégias: fortalecimento dos fóruns, lembrando que no início do
836 ano havia ocorrido um evento em Brasília onde foi proposta a criação do Fórum
837 Nacional de Conselhos de Direito; maior utilização dos meios de comunicação,
838 incluindo redes sociais, *blogs*, *sites*, videoconferência, para mobilização, articulação
839 e informação. Por fim, propuseram-se as seguintes recomendações ao Conanda:
840 pensar propostas para a Receita Federal, para a doação direta do imposto de renda
841 ao Fundo; resolução ou outro instrumento para fortalecimento dos Conselhos
842 tutelares, com relação ao respeito, as deliberações e as leis, usando para isso, a Lei
843 de Transparência e a Lei de Acesso à Informação, tendo em vista, a utilização do
844 site dos Conselhos para divulgação das atas, dos editais, até o áudio das reuniões;
845 incluir nos editais, a possibilidade de apresentação de projetos que apoiem
846 pesquisas e diagnósticos, para elaboração e implementação dos planos; cobrar do

847 Ministério Público, o acompanhamento das ações dos conselhos estaduais. Região
848 Sudeste: Grupo composto pelos quatro estados, consideraram como indispensável
849 que se fizesse uma qualificação dos Conselhos, tendo em vista, a dificuldade de
850 atuação dos Conselheiros de direitos para o exercício das atribuições; necessidade
851 de ampla mobilização social; dificuldade de operacionalização dos planos, pela
852 ausência de investimento governamental nos Conselhos; dificuldade de elaboração
853 de planejamento estratégico, tendo em vista, a dificuldade de se conseguir equipe
854 técnica e assessoria; ausência de intervenção política dos Conselhos de Direito, em
855 razão do não reconhecimento governamental da condição dos Conselhos, como
856 órgão formulador de deliberação, tornando-os vulneráveis a decisões políticas;
857 investimento no diálogo interconselhos, de ação e articulação com outros setores,
858 que é quase inexistente; ausência de previsão orçamentária e de apoio logístico, o
859 que leva a uma ausência de autonomia dos Conselhos; articulação do Conanda com
860 os Conselhos estaduais, com ações direcionadas, horizontais, propositiva, e que
861 efetivamente, convirja para pressão política e qualificação de estrutura técnica;
862 garantir a mobilização efetiva do SGD, através de mecanismos de articulação e
863 comunicação entre Conselhos; instar compromissos concretos do Governo Federal,
864 estaduais, municipais, para formulação e implantação dos planos, através da
865 construção de agenda política; pactuar que as formulações dos planos estejam
866 caminhando par e passo com o planejamento de execução do orçamento. Após a
867 discussão dos relatos, o Sr. **Vice-Presidente** sistematizou as propostas consensuais
868 apresentadas: que é necessário que nos estados tenha um grupo que se encarregue
869 de pautar e de discutir o Plano Decenal, que seja constituído por resolução, por
870 decreto, ou outro instrumento legal; que é necessário articulação do Conselho
871 Estadual com os Conselhos municipais, tanto para a construção do Plano Estadual,
872 quanto para a construção dos planos municipais; que é necessário que o Plano
873 parta de uma análise situacional e diagnóstica, sendo necessárias atividades de
874 intersectorialidade; que é necessário criar um fluxo de divulgação do andamento e da
875 vida do Plano Decenal, através de uma rede de informação entre os Conselhos,
876 permanente; que é necessário colar as ações do Plano ao orçamento público, nas
877 suas diferentes modalidades; que é necessário que os atores do SGD sejam parte
878 do processo, do pensar, do elaborar o Plano desde o início, que o Conselho seja um
879 órgão articulador. Pactuada a garantia de inclusão dessas ações para a construção

880 dos planos estaduais, estabeleceu-se o seguinte cronograma: até outubro, que
881 todos os estados tenham constituído comissão ou grupo, que vá fazer o processo de
882 coordenação para a elaboração do Plano; até dezembro, todos os estados realizam
883 uma atividade intersetorial com os atores do SGD para dialogar sobre o Plano;
884 instituir um plano de trabalho com vistas a ter pelo menos uma minuta inicial, até o
885 final do primeiro semestre de dois mil e quatorze. Quanto aos compromissos do
886 Conanda, de apoio aos Conselhos estaduais, ficou decidido: discutir dentro da linha
887 de financiamento, para o próximo ano, que contemple ações de elaboração e
888 implementação do Plano Decenal, por exemplo, uma ação de diagnóstico, numa
889 região de diversidade; discutir uma agenda política permanente de presença do
890 Conselho Nacional nos estados, para acompanhamento das ações de elaboração
891 dos planos nos estados. Não tendo mais nada a discutir, a Sra. **Presidenta** encerrou
892 os trabalhos. A Sra. **Presidenta** reiniciou os trabalhos desejando a todos um bom
893 dia e passou para a exposição da pauta: parte da manhã, discussão da
894 implementação do eixo três sobre a participação de crianças e adolescentes, política
895 educacional socioeducativa, trabalho de grupo; parte da tarde, relatos dos trabalhos
896 de grupo, encaminhamento, e encerramento. Em seguida, a Conselheira **Thereza**
897 informou que o Ministério da Saúde havia lançado naquele dia, edital dirigido a todos
898 os serviços de saúde, para apresentação de boas práticas em atenção à saúde de
899 adolescentes e jovens, disponível no endereço www.inovacaoesaude.org. O Sr.
900 **Vice-Presidente** informou que a Presidenta fazia aniversário naquele dia,
901 recebendo os cumprimentos de todos. **Eixo três sobre participação da criança e**
902 **do adolescente na discussão das políticas públicas.** Apresentou-se através de
903 leitura, a Resolução aprovada pelo Conanda, que dispunha sobre o processo de
904 participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão, relacionados
905 aos direito de crianças e adolescentes, em conformidade com o objetivo estratégico
906 seis ponto um, do eixo três, do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e
907 Adolescentes (PNDHCA) e o cronograma de trabalho até a Conferência de 2015.
908 **Elaboração e implementação do Plano Decenal do Sinase.** O Sr. **Claudio Vieira,**
909 Coordenador do Sinase, cumprimentou a todos, agradeceu pelo espaço, dizendo
910 inicialmente, que todas as ações que se encontravam em desenvolvimento dentro
911 do Sinase, tanto do ponto de vista do documento, quanto do ponto de vista de ação
912 pública, haviam passado pela orientação dos principais colegiados que compunham

913 a política do Sistema Socioeducativo: a Comissão Intersectorial de implementação do
914 Sinase, que fora criada a partir de dois mil e seis, quando da aprovação e publicação
915 da Resolução do Conanda; e o Conanda, onde a Coordenação do Sinase
916 participava como convidada na CPP e na COF. Informou que desde o final do ano
917 anterior, estavam ocorrendo visitas de inspeção para algum tipo de correção no
918 Sistema Socioeducativo dos estados, com a participação do Conanda e do SGD. Em
919 seguida, apresentou um panorama das duas principais ações do Sinase, em termos
920 de investimento de volume de recursos, sendo uma em infraestrutura, relacionada
921 ao meio fechado e a outra, a Escola Nacional de Socioeducação, relacionada a
922 formação dos agentes de todo o Sistema e, por último, explanou sobre o estado da
923 arte do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo ou Plano Decenal. Após
924 encerramento do debate, a Sra. **Presidenta** orientou sobre a dinâmica de trabalho
925 dos grupos: os estados se dividiriam em cinco grupos por região; tendo os mesmos
926 conselheiros como facilitadores do trabalho; e tendo as seguintes perguntas
927 norteadoras, quais os desafios e perspectivas para implementação e discussão dos
928 planos estaduais decenais do Sinase? Que estratégia deverá ser tomada e quais os
929 respectivos planos? Quais os desafios e perspectivas para garantir a efetivação do
930 eixo três e participação de crianças e adolescentes? Para o trabalho, os grupos
931 contariam com o cronograma das atividades e a Resolução do Conanda sobre o
932 eixo três. A Sra. **Presidenta** informou que o *check out* seria realizado às quatorze
933 horas, na sala cinco, e que a partir da hora do almoço o pessoal do Conanda faria o
934 *check in* de cada Conselheiro, e que ainda estaria com a cópia do relatório de
935 viagem para que os Conselheiros não tivessem problemas de prestação de contas,
936 finalizou dizendo que o horário do *transfer* para o aeroporto já encontrava-se
937 disponível. O Coordenador do Sinase, Sr. **Claudio Vieira** informou que os
938 Conselheiros deveriam consultar o site www.nbseeaq, onde se encontravam todos
939 os estados que teriam financiamento para formação do Governo Federal. Informou,
940 ainda, o seu e-mail, claudio.silva@sdh.gov.br, colocando-se à disposição dos
941 Conselhos estaduais, para ajudar a vencer as dificuldades na implementação da
942 política do Sinase. A Sra. **Presidenta** agradeceu a presença do Coordenador do
943 Sinase e solicitou que os grupos se dirigissem cada qual para a sua sala,
944 convocando a todos para reinício da plenária depois do almoço. No retorno aos
945 trabalhos a Sra. **Presidenta** indicou que se apresentassem os relatos dos grupos de

946 trabalho por região, esclarecendo que primeiro haveria a rodada de apresentação
947 das questões relativas ao Sinase e, posteriormente, a rodada sobre o eixo três.
948 Região Norte. Quanto à questão sobre os desafios e perspectivas para a discussão
949 e implementação dos planos estaduais decenais do Sinase, verificou-se que: na
950 maioria dos estados o Plano estava sendo coordenado dentro da Secretaria
951 Executiva de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e nem todos os Conselhos tinham
952 acento nesse comitê, por essa razão, o desafio seria buscar a representação do
953 Conselho Estadual junto a Sejudh; adequação dos planos já existentes a partir do
954 Plano Nacional que ainda estava em processo de consulta pública, para posterior
955 aprovação. Quanto a questão sobre as estratégias que deveriam ser adotadas e
956 qual o cronograma da perspectiva dos planos decenais e prazo máximo, em relação
957 à estratégia, apontou-se: criação do Comitê Estadual, tendo em vista, que a maioria
958 dos estados ainda não tinham esse comitê; realização dos encontros estaduais, para
959 que se pudesse trabalhar envolvendo todos os atores, inclusive, os adolescentes;
960 rearticulação da temática do Sinase na pauta dos Conselhos, com a criação de uma
961 pauta de monitoramento inicial junto aos gestores da medida socioeducativa,
962 iniciando o processo de acompanhamento, resgatando essa atividade para o
963 Conselho, nos estados que já tinham o plano; articulação e fortalecimento das
964 políticas básicas, com vistas a prevenção do crescimento da aplicação de
965 internações, como o caso de São Paulo, apresentado pelo Coordenador do Sinase;
966 articulação e fortalecimento da intersetorialidade; criação de rubrica orçamentária
967 para elaboração e implementação do Plano. Região Nordeste. Quanto aos desafios
968 e perspectivas para discussão e implementação do Plano Decenal do Sinase
969 apresentaram-se como desafios: publicação das discussões sobre a elaboração do
970 Plano; maior envolvimento dos atores do SGD; compreensão sobre o papel da
971 Secretaria a qual o Conselho vinculava-se, como responsável pela elaboração do
972 Plano; compreensão sobre a intersetorialidade na elaboração e implementação das
973 ações socioeducativas; ampliação e integração das discussões sobre as medidas
974 socioeducativas; resistência do poder judiciário na aplicação da medida em meio
975 aberto, priorizando a medida privativa de liberdade e, conseqüentemente,
976 superlotando as unidades de atendimento; financiamento por parte do poder público;
977 monitoramento e acompanhamento do Plano, evitando troca de papel, como no caso
978 do Ceará, cuja Secretaria de Assistência custeava os deslocamentos dos

979 adolescentes de internação, financiando a equipe do judiciário para isso;
980 fortalecimento e maior investimento na medida socioeducativa em meio aberto,
981 levando em consideração a especificidade regional, a distância das capitais; parceria
982 com o setor privado para qualificação do adolescente, para inserção no mercado de
983 trabalho; diálogo e comprometimento do gestor estadual na execução das medidas.
984 Como estratégia destacou-se: maior compreensão do diálogo nos demais sistemas,
985 tais como, o da educação e da justiça na execução das medidas socioeducativas;
986 compreensão e diálogo entre o MDS e SDH, para definição de coordenação única
987 no âmbito das medidas socioeducativas; cofinanciamento das mediadas em meio
988 aberto pelo FIA; capacitação do SGD com recursos do Fundo; reunião com os
989 Conselhos municipais para estabelecimento de acordo na elaboração e execução
990 dos planos; monitoramento e avaliação do Plano de forma conjunta, entre o
991 Conselho de Assistência Social e Conselho dos Direitos da Criança; suporte técnico
992 para a elaboração do Plano Decenal; composição das comissões de elaboração
993 pelos Conselhos, sendo Conselho de Direito, Conselho de Assistência Social,
994 Saúde, Educação, Juventude, Direitos Humanos e os do sistema judiciário.
995 Estabeleceu-se dezembro de dois mil e quatorze, como prazo para apresentação
996 dos planos elaborados pelos estados da região. Centro-Oeste. Quanto à questão
997 sobre desafios e implementação do Sinase destacaram-se: ampliação e
998 fortalecimento do debate sobre o Sinase nos Conselhos; ampliação do setor da
999 educação no Sistema Socioeducativo; fortalecimento dos comitês intersetoriais,
1000 criados por Lei, e que na prática não existiam; implementação e responsabilização
1001 pela não execução do plano político pedagógico; promoção das medidas
1002 socioeducativas em meio aberto, como centralidade da política; compromisso e
1003 responsabilização da gestão pública do estado com a política do Sinase; garantia
1004 das condições necessárias para que a assistência social pudesse efetivamente
1005 implementar o Sinase. Como estratégias indicaram-se: ampliação da incidência
1006 política do Conanda junto aos Conselhos, mobilizando e contribuindo, para o
1007 processo de articulação dos mesmos; articulação dos conselhos e criação de grupo
1008 de trabalho, com responsabilidade de fiscalização das unidades; promoção anual
1009 nos estados, de seminários estaduais de boas práticas; criação de dispositivos
1010 legais que garantissem um percentual do orçamento para o Sinase; discussão com a
1011 assistência social, sobre as medidas em meio aberto. Quanto à estratégia que

1012 deveria ser adotada e o cronograma de criação dos planos decenais do Sinase,
1013 indicou-se: articulação junto aos atores do SGD para a criação e fortalecimento das
1014 comissões intersetoriais do Sinase, de imediato; definição de agenda e cronograma
1015 de trabalho, para a formulação dos planos decenais estaduais, a partir do
1016 recebimento do Plano Nacional, tendo como previsão outubro, para definição das
1017 estratégias de discussão e construção dos planos estaduais; levantamento de
1018 informações junto aos gestores das políticas básicas e setoriais sobre as ações e
1019 programas e atividades desenvolvidas para os adolescentes, até dezembro. Região
1020 Sudeste. Quanto aos desafios, apresentaram-se: inclusão do sistema de justiça em
1021 consonância com as diretrizes do Sinase, com vistas a redução consubstancial da
1022 prioridade no meio fechado; integração da área da saúde mental na discussão dos
1023 planos; foco na área da educação no Sinase, devendo o sistema educacional
1024 constituir-se como orientador do atendimento socioeducativo, e não como um anexo
1025 a questão; investimento prioritário para a política em meio aberto, conforme
1026 preconiza o projeto político pedagógico do Sinase, em contraponto a reunião com
1027 mais de cem municípios, em defesa do aumento de internação; reconhecimento de
1028 que o Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo (Sipia), seja um
1029 instrumento político de gestão, ao contrário de um Sipia do sistema judiciário;
1030 qualificação imprescindível dos profissionais envolvidos direta e ou indiretamente no
1031 Sinase, orientada para os direitos humanos; promoção da discussão ampliada para
1032 a mobilização social; instituição de grupo de trabalho interinstitucional para redução
1033 das relações verticais; construção de relação horizontal com todos os órgãos do
1034 SGD, trazendo-os para a construção do Plano. Quanto à estratégia, identificaram-se:
1035 operacionalização das comissões com a criação normativa; participação dos setores
1036 diretamente envolvidos, promovendo necessária mobilização com ações que
1037 promovam visibilidade ao tema; esforço político do Conanda para alinhamento das
1038 ações com os Conselhos estaduais, com prazos orientadores; articulação do
1039 Conanda com o CNJ e o CNMP, para recomendação aos magistrados e aos
1040 promotores, que se integrassem na construção dos planos estaduais. Quanto aos
1041 prazos observou-se que cada Conselho estabeleceria o seu cronograma de ações,
1042 iniciando imediatamente o processo de elaboração do Plano. Região Sul. Sobre os
1043 desafios destacaram-se: dificuldade de constituição de grupos interdisciplinares para
1044 formulação do plano; participação dos Conselheiros nas reuniões; dificuldade de

1045 acesso à escola regular pelos alunos em cumprimento de medida socioeducativa;
1046 gestão das medidas por órgãos diferentes que prejudicam a orientação do Plano,
1047 tendo como exemplo Santa Catarina, onde a gestão do meio aberto estava na
1048 Secretaria de Assistência Social e a gestão do meio fechado estava na Secretaria de
1049 Justiça e Cidadania; conclusão dos diagnósticos para elaboração do plano de ação.
1050 Quanto à estratégia, o principal esforço seria de inclusão da participação dos
1051 adolescentes na elaboração do Plano. Ao final das exposições pelos grupos de
1052 trabalho, o Conselheiro **Fábio Paes** acrescentou a importância de se pensar numa
1053 estratégia de comunicação, não só para a elaboração do Plano, mas também para a
1054 inserção de uma pauta propositiva sobre o tema para a sociedade e para todos os
1055 atores do SGD. Em seguida, o Sr. **Vice-Presidente** apresentou a sistematização
1056 dos relatos, indicando os pontos em comum: instituição e normatização de um grupo
1057 de trabalho intersetorial que pudesse pautar as discussões do Plano do Sinase nos
1058 estados; realização de seminários estaduais para discussão do Plano estadual do
1059 Sinase; instituição de um relacionamento horizontal com todos os órgãos do SGD,
1060 para monitoramento e avaliação situacional do Plano; regulamentação em todos os
1061 níveis, através de resolução do Conanda, de orientação para as ações do Plano; e
1062 responsabilização dos gestores através do sistema de justiça, pelo não cumprimento
1063 da Lei do Sinase. Quanto à questão do eixo três, sobre a participação dos
1064 adolescentes destacaram-se: estabelecimento do caráter da participação dos
1065 adolescentes na definição das políticas públicas, voltadas a efetivação de seus
1066 direitos; especificação do caráter de participação dos adolescentes na Conferência;
1067 estimulação e formação dos grêmios estudantis, visando a efetiva participação dos
1068 adolescentes na escola; mobilização dos jovens para as pautas dos Conselhos;
1069 mapeamento dos educadores, que são afins aos Conselhos, para atuação
1070 qualificadora da inserção dos adolescentes; formação dos adolescentes na ação;
1071 definição dos cursos de qualificação profissional, a partir de consulta aos
1072 adolescentes. A Sra. **Presidenta** procedeu a leitura dos encaminhamentos
1073 aprovados: cronograma de elaboração do Plano, ficando pendentes as etapas
1074 municipais, pois coincidiam com os períodos eleitorais, estabelecendo-se que após
1075 consulta dos Conselhos estaduais aos Conselhos municipais, o Conanda integraria
1076 a nova proposta de datas ao cronograma; e prioridade nos editais, de uma linha de
1077 financiamento com recursos do FNCA, para as ações voltadas para a participação

1078 do eixo três. Em seguida, informou que acabara de circular aos presentes, a Nota
1079 Pública do Conanda, esclarecendo o posicionamento do Conselho sobre as
1080 seguintes questões: retirada da pauta do Conanda a proposta denominada
1081 responsabilização progressiva de adolescência e ator de ato infracional no sistema
1082 socioeducativo no Brasil; aprovação de um conjunto de ações para enfrentamento à
1083 redução da maioria penal e do aumento do tempo de internação, e de
1084 implementação do Sinase. A representante do Conselho do Estado do Amazonas
1085 informou que havia deixado com o Conanda, o Plano do Estado do Amazonas para
1086 socialização aos Conselhos estaduais. O representante do Conselho Estadual do
1087 Paraná solicitou que o Conanda incluísse nas linhas de atuação do Cedca, curso de
1088 capacitação voltado especificamente para Juiz, Promotor e Delegados de Polícia,
1089 para sensibilizar e buscar o compromisso do sistema de justiça, para a redução das
1090 medidas de internação. A representante do Conselho do Estado do Pará propôs ao
1091 Conanda: que se pautasse discussão sobre o monitoramento e avaliação das
1092 Escolas de Conselhos, que estavam com dificuldade de manutenção dos alunos;
1093 que se pautasse discussão sobre o Fundo, porque havia uma normativa do Supremo
1094 Tribunal com interpretação contrária a Resolução 137; e que se pautasse discussão
1095 sobre a postura equivocada de Juízes e Promotores, que orientavam prorrogação de
1096 mandato de Conselheiro Tutelar. O Sr. **Vice-Presidente** propôs que o encontro de
1097 articulação com os Conselhos estaduais, ao contrário de ocorrer a cada dois anos,
1098 deveria ser no início de cada ano, para que o Conanda pudesse inserir as
1099 avaliações e os encaminhamentos do encontro, no seu plano de ação para o ano.
1100 **Encerramento.** A Sra. **Presidenta** convidou os presentes para um *coffee break* de
1101 despedidas e encerrou a Assembleia, às dezessete horas, do dia dezesseis, do mês
1102 de agosto, do ano de dois mil e treze.